



A menina sem nome: Crime e devoção

Rafaella Valença¹

Sylvana Maria Brandão de Aguiar²

Resumo

Esta investigação histórica procura compreender como uma criança violentada, morta e enterrada como indigente no Cemitério de Santo Amaro em Recife, Pernambuco, na década de 1970, torna-se cada vez mais um fenômeno de devoção que atrai anualmente centenas de devotos provenientes de várias áreas do Nordeste. Cabe registrar que esta devoção não se constitui essencialmente católica; há uma confluência de devotos oriundos de várias expressões religiosas, inclusive daqueles que não se definem como religiosos, o que nos faz refletir sobre a pluralidade religiosa em um mundo secularizado no sentido institucional e de reinvenções de expressões de fé, no dizer de Peter Berger. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental de fontes tanto oficiais, quanto advindas da oralidade obtidas através de questionários e entrevistas abertas, bem como iconográficas. Para além dos conceitos de habitus, campo, sub campos de Bourdieu, nos orientam as noções da Etnografia de Geertz, Still e Brandão.

Palavras-chave: Hagiologia; plausibilidade; mitos; devoção; secularização.

Introdução

Este artigo faz parte do projeto “Santuários Pernambucanos”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “História e Religiões” do Programa de Pós Graduação em História da UFPE, sob a coordenação da Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Seu principal objetivo é a compreensão histórica do mito e da devoção à *Menina Sem Nome* cujo santuário está localizado no cemitério de Santo Amaro na cidade de Recife, em Pernambuco. Até onde foi pesquisado, a *Menina Sem Nome* foi encontrada morta, na praia do Pina em Recife com indícios de

¹ Graduanda em História pela UFPE; membro do Grupo de Pesquisa História e Religiões do Programa de Pós Graduação em História da UFPE; membro do Grupo de Pesquisa Gestão Pública e Espaços Públicos: conflitos e intolerância religiosa, do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

² Professora Adjunta do Departamento de História da UFPE. Professora dos Programas de Pós graduação em História e Arqueologia da UFPE. Professora e coordenadora do mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da UFPE. Vários livros e artigos publicados. Líder do Grupo de Pesquisa em História e Religiões da UFPE. Membro de Instituições de pesquisa nacional e internacional.



violência, configurada por estupro e estrangulamento em 22 de junho 1970 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/06/1970).

A designação *Menina Sem Nome* foi gerada porque esta criança nunca teve identificada sua origem familiar e nunca seu corpo foi reclamado por ninguém ao longo destes trinta e nove anos. A repercussão do crime atingiu grande proporção midiática, tanto impressa como em rádios e televisões gerando grande comoção em todo o Estado de Pernambuco.

Três anos após sua morte, portanto a partir de 1973, seu túmulo tem sido cada vez mais visitado por curiosos e devotos. A ela são atribuídos vários tipos de milagres, aqui compreendido como “tão somente a solução de um impasse qualquer, seja este afetivo, financeiro, de dor física. O milagre com solução prática, cotidiana” (BRANDÃO, 2002, p. 358). No santuário em questão, identificamos relatos que vão desde cura até aquisição de bens. Para além dos ex-votos, podemos encontrar no túmulo presentes que indicam agrados a uma criança, como pipocas, bombons, pirulitos, bonecas e vestidos.

Do ponto de vista acadêmico, para além do Documentário *Fé Sem Nome*³, nada foi localizado sobre esta temática seja do ponto de vista histórico, sociológico ou antropológico. Aqui situa-se, cremos, a principal relevância do nosso tema. Dito de outra maneira, seu caráter inédito.

A nossa senda metodológica aponta para uma pesquisa exploratória, porque o tema não fora dantes minuciosamente estudado. É também uma pesquisa documental cujas fontes oficiais são compostas por jornais da época, pelo laudo do Instituto Médico Legal e pelo inquérito policial. Cabe registrar que esta documentação de difícil acesso tem sido por nós localizada para que depois possa ser sistematizada e analisada.

Sua natureza é qualitativa, pois todos os dados quantitativos advindos dos questionários aplicados servirão para elaborar o *tipo ideal*⁴ dos devotos.

³ Disponível em: www.nacaocultural.pe.gov.br.

⁴ Para Weber: "Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de *pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois se trata de uma *utopia*. A atividade *historiográfica* defronta-se com a tarefa de determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal (...) Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação" WEBER, M.. A

Naturalmente também é bibliográfica, embora inexistem estudos temáticos, mas existem estudos correlatos de devoção e toda uma bibliografia teórica que ajudam a compreensão do fenômeno social e religioso.

Além das fontes oficiais, os jornais, os acervos de televisão e rádio, as memórias, concomitante, constituem ricas fontes de acesso. Julgamos por bem incluir impressões de hagiólogos, tanto quanto antropólogos que investigam mitos e ritos, para além de historiadores da Etnohistória.

No tocante ao nosso referencial teórico, o antropólogo americano Clifford Gertz, produtor de vários escritos de natureza etnográfica, nos forneceu subsídios analíticos pertinentes ao objeto de estudo em questão. Ainda no campo da Etnografia, também foram-nos basilares os estudos de Carlos Alberto Steil e Sylvana Brandão, que primaram, respectivamente, pela investigação da religiosidade do santuário do Bom Jesus da Lapa, na Bahia e do santuário de São Francisco das Chagas do Canindé, no Ceará.

1. Crime

Nos jornais locais correspondentes ao dia 24 de junho de 1970, encontramos o primeiro registro do crime que vitimou a *Menina Sem Nome*. A reportagem do Diário de Pernambuco relata que um corpo de menina entre 8 e 10 anos foi achado na praia do Pina, Recife, às 6:10 do dia anterior. O cadáver que estava quase todo enterrado na areia, trajava apenas uma calça curta de adulto, apresentava ferimentos característicos de facadas e tinha suas mãos e pescoço amarrados por corda (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/06/1970).



Esta é a menina assassinada

Foto 1 - Menina Sem Nome. **Fonte:** Diário de Pernambuco, 26/06/1970.



A partir deste episódio, a polícia travou uma corrida para a elucidação do caso que por ser um crime bárbaro envolvendo uma criança, despertou atenção e indignação na sociedade. Paralelamente à investigação criminal e através da mídia, a família da vítima foi convocada para a entrega do corpo, bem como para auxiliar por meio de informações relacionadas ao comportamento da garotinha, mas ninguém aparece para reclamar a pequena morta (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/06/1970).

Quatros dias após o crime, o Diário de Pernambuco divulgou a prisão de Arlindo José da Silva, apontado como principal suspeito responsável pelo assassinato. Foi ele quem achou o corpo da garota, que estava localizado perto de sua barraca de cocos. A investigação apontou pretensas evidências que comprometiam Arlindo: os jornais já citados repassavam informações do Instituto de Medicina Legal, afirmando que resquícios da mesma comida que Arlindo havia ingerido no dia do delito foram encontrados no estômago da menina assassinada; as declarações perante a justiça do garoto Osvaldinho (que trabalhava para o suspeito no comércio de cocos) também comprometeu sobremaneira o acusado, além do depoimento de uma lavadeira que declarou ter lavado no dia posterior ao crime, uma calça do acusado onde havia mancha de sangue. Com a prisão de Arlindo somada às evidências que o apontavam como o assassino, os responsáveis pelas investigações declaravam que a história do crime estava prestes a ser concluída (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26/06/1970).

Em consonância com as investigações criminais, a procura pelos familiares persistia. Foram feitos apelos aos prefeitos e autoridades policiais do interior a fim de localizar o paradeiro de algum parente da menor. Características físicas da menina foram repassadas a motoristas de ônibus e caminhões que se deslocavam por todo o Estado de Pernambuco. Este foi outro modo de reforçar a busca por membros da família da garota.

Eis que no Diário de Pernambuco de 30 de junho, publica-se um novo acusado. O jornal noticiou que o caso havia sido totalmente elucidado através da prisão e posterior confissão de Geraldo Magno de Oliveira, o “Monstro do Pina”. O periódico informou que o assassino confesso havia sido preso através de uma armadilha. Durante o inquérito, o “Monstro do Pina” relatou que atraiu a menina para



a beira da praia oferecendo Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) em troca de favores. Pediu para ela se despir, e ao final, quando ele se negou a pagar a quantia prometida avisando que iria trocar o dinheiro, a garota o teria insultado e ameaçado contar o que havia acontecido. Em decorrência disso, ele a golpeou com faca, utilizou cordas de uma jangada para amarrá-la e a cobriu de areia. Geraldo afirma que estava bêbado e não tinha intenção de matar a criança. O delinqüente foi encaminhado à Casa de Detenção do Recife, à espera do julgamento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30/06/1970).

Uma vez o crime desvendado, as autoridades ainda esperaram alguns dias na esperança de reclame do corpo. Como isto não ocorreu, a *Menina Sem Nome* foi finalmente sepultada no dia 3 de julho. Na ocasião, José Antônio Braga, diretor da Casa do Menor, ofereceu o funeral. Estima-se que quase mil pessoas acompanharam o enterro.

Mas o caso ainda renderia algumas páginas de jornais. Em 11 de julho, o Diário de Pernambuco publicou que numa audiência o assassino confesso da *Menina Sem Nome* havia negado o crime. Geraldo Magno de Oliveira alegou ter sofrido espancamento, motivo pelo qual assumiu a autoria do assassinato. Seu depoimento revelou-se bastante confuso. A defesa pediu exame psiquiátrico (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1970). Findou que o juiz ordenou interná-lo no Manicômio Judicial, onde seria submetido a um exame de sanidade mental (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/07/1970).

Após a aparente conclusão do crime e partindo das evidentes contradições no decorrer da história que foi repassada à sociedade, convém buscar a conjuntura política e social sob a qual o assassinato foi investigado. Cumpre ressaltar que o crime ocorreu no ano de 1970, quando o Brasil vivia a experiência da ditadura Médici. Nestes tempos, a polícia desejava mostrar-se especialmente competente e repassar uma sensação de que sob a égide do governo militar, a população poderia ficar tranquila quanto à sua segurança. “Em Pernambuco, sobretudo no Recife, as forças de repressão agiram com dureza. Logo foram registradas muitas vítimas através de prisões e perseguições arbitrárias” (CABRAL, 2008:38). Considerando esta realidade, é possível entender a pressa das autoridades para apresentar algum culpado preso, o rápido desfecho do caso, como também explica uma mídia que avulta todo o tempo a obstinação da polícia no processo investigativo.

2. Devoção

No ano de 1973, constatamos por ocasião das atividades de Finados as primeiras publicações que denunciam dedicação religiosa direcionada ao túmulo da garota assassinada (DIÁRIO DE PERNAMBUCO 03/11/1973; JORNAL DO COMMERCIO, 03/11/1973). Doravante, a devoção tornou-se crescente a cada ano, e o túmulo que guarda este corpo sem nome e sem identidade tornou-se uma espécie de santuário⁵.



Foto 2 - Túmulo da Menina Sem Nome. **Fonte:** Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Da Etnografia realizada em 2 de novembro de 2009, podemos perceber as atividades em torno do sepulcro da Menina Sem Nome. O movimento compreende não somente as visitas dos devotos, mas também de curiosos. Funcionários do cemitério são designados para colaborar na organização deste dia de intensas visitas. Há em volta do túmulo a permanência de um funcionário sempre a postos com um extintor de incêndio para controlar as chamas provenientes da casa de velas que fica ao lado da sepultura. Volta e meia um outro funcionário recolhe as

⁵ A utilização do conceito de santuário aqui utilizada não corresponde à acepção adotada pela Igreja Católica, que compreende como santuário “igreja ou qualquer outro lugar sagrado, aonde os fiéis em grande número, por motivo especial de piedade, fazem peregrinações com a aprovação do Ordinário local”. Ver Direito Canônico (Can.1.230). Concordando com o antropólogo Carlos Alberto Steil, que define o catolicismo como um complexo sistema formado por um emaranhado de práticas, significados, rituais e personagens que vão além das fronteiras institucionais da Igreja Católica Apostólica Romana e de sua ortodoxia. Para aprofundamento, ver: STEIL, Carlos Alberto. **Catolicismo e cultura**. In: VALLA, Victor Vincent (org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DR&A, 2001, p. 10.

ceras derretidas que se espalham pelo chão, dada a grande quantidade de velas acesas com intenções de pedidos ou de agradecimentos.



Foto 3 - Funcionário do Cemitério de Santo Amaro apagando as chamas da casa de velas.

Fonte: Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Não podemos deixar de destacar a presença de Maria de Fátima da Silva (mais conhecida como D. Marisa). Esta senhora é uma devota que se faz presente no sepulcro da *Menina Sem Nome* todo dia 2 de novembro, há 6 anos. Chega por volta das 6:30 horas da manhã e vai embora somente às 18: 00 horas, depois de organizar todos os pedidos, ex-votos e presentes.



Foto 4 - Dona Marisa. **Fonte:** Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Os ex-votos são os mais diversos: vão de partes do corpo humano de cera até maquetes de casas. No que se refere aos presentes ofertados, além de quadros desenhados por crianças e placas com homenagens, impressiona a quantidade de

flores (em sua maioria flores do campo) e de guloseimas e bonecas oferecidas à pequena morta.



Foto 5 - Presentes e ex-votos. **Fonte:** Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Do contato com os curiosos, podemos perceber que a geral motivação para as visitas ao túmulo da Menina Sem Nome é a curiosidade gerada por ocasião do crime e da posterior devoção. Uns destes passam pela área do sepulcro somente para observar, outros relatam que por ser Dia de Finados, visitam parentes ou amigos e sempre passam pela sepultura da Menina Sem Nome. Dentre estes, alguns revelam que aproveitam a circunstância e rezam pela alma da criança tragicamente morta.

Entre os que se declaram devotos, quando pergunta-se sobre o crime, as informações mais gerais e frequentes que reproduzem é a de que A Menina Sem Nome trata-se de uma criança encontrada morta de estuprada⁶ na praia do Pina. No que concerne às práticas de fé, observamos devotos acendendo velas, fazendo pedidos por escrito (centenas de bilhetes são deixados no túmulo), rezando, cantando, oferecendo presentes e ex-votos.

Considerações finais

⁶ Convém aqui registrar que esta informação de estupro não é confirmada pelas autoras, uma vez que ainda não houve acesso ao laudo do Instituto Médico Legal.



Este artigo aponta os primeiros resultados de uma pesquisa a ser concluída no final de 2010. Objetivamos apresentar os dados iniciais de nossa investigação, onde verificamos o aumento anual do fluxo de devotos que acorrem ao sepulcro da *Menina Sem Nome*. A continuidade das pesquisas sistemáticas acerca deste fenômeno resultará na compreensão das práticas devocionais neste espaço, contribuindo, desta forma, para o campo da História das Religiões e Religiosidades.

Fontes Primárias

Jornais

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/06/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/06/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26/06/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30/06/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/07/1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO 03/11/1973.

JORNAL DO COMMERCIO, 03/11/1973.

JORNAL DO COMMERCIO, 03/02/1984.

Iconográficas

Foto 1 - Imagem da *Menina Sem Nome* veiculada no DIÁRIO DE PERNAMBUCO em 26/06/1970.

Foto 2 - Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Foto 3 - Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Foto 4 - Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Foto 5 - Acervo pessoal de Rafaella Valença.

Referências

BRANDÃO, Sylvana. **São Francisco das Chagas do Canindé, Ceará, Brasil**. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.



_____. **História das Religiões no Brasil.** Recife: Editora Universitária da UFPE, v. I-IV.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado pela Constituição Apostólica Sacrae Disciplinae Leges de 25 de Janeiro de 1983 no Quinto Ano do Pontificado de João Paulo II. Disponível em <http://www.salvemaria.org.br>.

FÉ SEM NOME. Direção Alan Oliveira, Recife, setembro de 2008. Disponível em www.nacaocultural.pe.gov.br.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias:** um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa-Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Catolicismo e cultura.** In: VALLA, Victor Vincent (org.). **Religião e cultura popular.** Rio de Janeiro: DR&A, 2001, p. 10.

WEBER, M.. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais.** In: COHN, G (org).. **Max Weber.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.